

EQUÍVOCOS NOS ESTUDOS LATINOS

HAROLDO BRUNO
Universidade Estadual Paulista

Resumo: *Sob a perspectiva de que o latim é uma língua viva (do passado) e após reflexões de caráter lingüístico que orientam o trabalho, procuram-se apresentar algumas soluções lingüísticas para o ensino de latim.*

Palavra-chave: *Ensino; língua; fala; competência receptiva; declinação.*

O primeiro grande equívoco em que se incidiu no estudo da língua latina foi aceitar o preconceito de que se lidava com o morto; sob esse princípio, todo o legado da literatura latina, por exemplo, transformou-se em um imenso "terreno sacrossanto" de onde, vez por outra, se procuravam (e ainda se procuram) ressuscitar algumas idéias ou pensamentos adormecidos; talvez por isso mesmo, haja os que confundam humanismo com verdades eternas.

A prática pedagógica tradicional do latim parece ter sempre imprimido ao estudo da língua de Roma uma orientação equivocada; exaurindo-se, por si mesma, a vertente do "filologismo" que o caracterizava, o próprio estudo do latim perdeu seu significado. Não possuindo, por exemplo, a percepção de que "todo signo se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto" (Hjelmslev, 1975, p. 50), a prática pedagógica tradicional do latim tem procedido, sempre regularmente, fazendo do nome um elemento com valor absoluto, já que, como considera, se deve apreendê-lo, por intermédio da memória mecânica, por si só, desligado e desvincilhado de qualquer contexto em que possa exercer seu papel de signo lingüístico.

Voltada primordialmente à memorização, a prática pedagógica da tradição, no que tange ao estudo dos significantes nominais, fez das desinências valores naturais de sintatização; por isso, vem sempre obrigando o aprendiz a memorizar formas de *nominativo, acusativo, etc.*, apresentando-as como itens lexicais com valor sintático absoluto, por serem portadores de determinada desinência; daí, a insistência dessa prática com os paradigmas. Para ela, saber latim é conhecer paradigmas.

Memorizados, os conjuntos de itens lexicais com valores absolutos são levados a enunciados: o item lexical, apreendido arbitrariamente (*nominativo, acusativo, etc.*), passa a ser relativizado; torna-se repentinamente um significante ao ser lançado em um enunciado, entre itens lexicais necessariamente portadores de um significado; de um significado que não se realiza em latim, mas em vernáculo. Tal procedimento produz um efeito didático-pedagógico perverso: a grande dificuldade de expressar-se em português o significado de significantes latinos gera, nos que tentam estudar latim, um sentimento profundo de aversão.

Em suma, não atentando para a função semiótica do signo lingüístico, não percebendo a solidariedade que essa mesma função representa (Hjelmslev, 1975, p. 54), não reconhecendo, ou não se interessando por fazê-lo, a indissociabilidade entre significante e significado, ou por mero artifício assentado sobre base mnemônica, ou por simples comodidade didática, a prática pedagógica tradicional elege o estudo paradigmático do significante dessintagmatizado; anatomiza, assim, o léxico nominal segundo o falso pressuposto da compatibilidade morfológica en-

tre um conjunto, mais ou menos restrito, denominado *desinências*, e um outro, amplo, denominado *radical*; tal procedimento explica “as cinco declinações” dos substantivos e “as duas classes” de adjetivos. Desse modo, têm-se significantes, mas não significados, pois não se exige a compreensão, mas sim a memorização. Com tal estratégia propedêutica, ao aprendiz somente se podem oferecer frases que se organizam em *abracadabras*, porque se lhe apresentam significantes cuja relação com significados é totalmente desconhecida.

Não tendo intuído “o sentimento de valor comum”, segundo o define Saussure (Saussure, 1972, p. 160-61), atribuindo, pois, ao significante um valor absoluto, por ser apreendido mnemonicamente, à parte de qualquer contexto, a prática tradicional do latim sempre deriva o significado não de oposições entre os significantes, mas das desinências tomadas absolutamente. Basta manusear seus velhos ou novos manuais para constatar esse procedimento; encontra-se neles toda uma série de desinências (por exemplo, nom. -a, acus. -am, gen. -ae, abl. -a, dat. -ae, etc.) que, por *si sós*, sem relação alguma com qualquer outro elemento, são apresentadas como marcadas com o valor de caso. Como o aprendiz não pode memorizar todo o léxico, memoriza-as; aplicá-las é outra questão.

A prática pedagógica tradicional do latim transformou-o de sua condição de *língua*, enquanto sistema, em um código *cifrado*. O aprendiz converte-se, assim, em desventuroso *criptonalista*, já que, não tendo sido capacitado para comportar-se perante o texto latino como um receptor de uma mensagem, isto é, não possuindo a possibilidade de, por meio do código lingüístico, *compreender uma mensagem*, transforma-se em um decifrador.

Segundo o que pensamos, o ensino do latim deve objetivar oferecer condições adequadas para que quem não o possui como língua materna (e ninguém o possui hoje!) possa ser um destinatário virtual de qualquer *fala autenticamente latina*: um decodificador e não um decifrador. O latim é, mesmo hoje, um instrumento cultural de comunicação, ainda que virtual e unidirecional, unindo um emissor de um passado remoto a um destinatário sempre posterior.

Uma das conseqüências equivocadas, entre tantas outras, que a transmutação da língua latina de sistema lingüístico em código cifrado acarreta é o mito de que, em latim, a ordem das palavras não importa para o sentido; costuma-se, também, considerar essa “peculiaridade” do latim um dos componentes intensificadores da dificuldade de seu ensino-aprendizagem. Quanto a esse mito, primeiramente há que considerar-se que a organização da frase latina, é tão ou mais importante e necessária que a da língua portuguesa: de um lado, porque “lingüísticamente, uma frase é algo diferente da soma das palavras que a formam” (Martinet, 1968, p. 220); de outro, porque a alocação das palavras na frase latina revela mais intensamente uma intenção conotativa ou mesmo uma intenção informativa diferenciadora. Referentemente à intenção conotativa ou informativa diferenciadora, o enunciado “*ancillam dominus uocat*” (supondo-o dito por um romano) não será igual à “*dominus ancillam uocat*”, que é diferente de “*uocat ancillam dominus*”, que é diverso de “*uocat dominus ancillam*”, que é distinto de “*dominus uocat ancillam*”, que não é o mesmo que “*ancillam uocat dominus*”. O que ocorre é que, no plano formal da expressão, esses deslocamentos de posição são exemplificadores de variantes locativas da oposição invariante *nominativo (dominus)/acusativo (ancillam)*, sintatizada por uma forma verbal (*uocat*). Nessas seis possibilidades de alocação lexical, repetir-se-ão, pois, os mesmos sintagmas nominais (nominativo e acusativo), que, em todas elas, constituirão a mesma oposição. Apenas quanto a isso, ou seja, somente quanto à indestrutibilidade da oposição *nominativo/acusativo*, é que se pode afirmar que não se leva em conta a ordem das palavras. Em outros termos, a disposição das palavras na frase latina não interfere na oposição casual, mas a cada variação de posição corresponde um novo investimento semântico no que diz respeito ao sentido conotado; não se pode esquecer de que a uma modificação no plano de expressão corresponde uma modificação no plano do conteúdo.

Esse mesmo fenômeno ocorre em português, já que as oposições que em latim se instauram pelos morfemas casuais são, em nossa língua, fundadas, de um lado (e em primeiro lugar) pela oposição espacial, a que Carvalho denomina “morfema de posição” (Carvalho, 1973, p. 621); de outro (e em segundo lugar), pela expressão preposicional, que, segundo Martinet,

confere a mesma autonomia sintagmática proporcionada pela expressão casual (Martinet, 1968, p. 176). Do enunciado “*o patrão chama a criada*”, cujo sentido decorre da oposição marcada pelo “*morfema de posição*”, poder-se-ão derivar os enunciados “*à criada chama o patrão*”, “*chama à criada o patrão*”, “*chama o patrão à criada*”, “*o patrão à criada chama*” e “*à criada o patrão chama*”, cujo sentido é produzido pela expressão preposicional. Portanto, não é exato afirmar que a ordem das palavras na frase latina não interessa ao sentido; o correto é afirmar que as oposições expressas pelos morfemas casuais não se desfazem sejam quais forem as posições que as palavras possam vir a ocupar no enunciado latino. A ordem das palavras “é um dos mais valiosos artifícios emotivos da sintaxe [...]. Isto é particularmente verdade nas línguas [...], tais como o latim, onde as palavras podem ser livremente movidas com o intuito de realce ou de efeitos emotivos” (Ullmann, 1973, p. 284).

A noção de traço distintivo, ou seja, a função distintiva dos fonemas (“a troca de um fonema por outro fonema pode provocar uma diferença de conteúdo...” – Hjelmslev, 1975, p. 67) pode ter importantes reflexos no estudo dos significantes nominais ou verbais latinos; a extensão da sua aplicação recobre os léxicos (pro-)nominal e verbal. Mas, para sua eficácia, é necessário que se tenha presente a lição de Martinet segundo a qual a uma diferença de forma corresponde necessariamente uma diferença de sentido (Martinet, 1970, p. 34). É preciso, também, não se esquecer de que, em latim, os (pro-)nomes não existem no estado que Ullmann denomina “estado puro”, libertos “de associações contextuais” (Ullmann, 1973, p. 83) - o que implica a remota possibilidade de um nome latino possuir significado genérico, descontextualizado, como, por exemplo, o português *pedra*; conforme ensina Ullmann, “em latim [...] acontece muitas vezes que uma palavra não existe em estado abstrato, como pura designação da coisa que representa; existe *annus*, nominativo singular, *annum*, acusativo singular, *annorum*, genitivo plural, etc. Mas não há uma única forma designando apenas a idéia de ‘ano’ ” (1973, p. 93); a lição de Ullmann cresce em consistência se aproximada à de que “qualquer elemento lingüístico só tem realmente valor quando integrado em um contexto ou em situação” (Martinet, 1970, p. 35). A produtividade da função distintiva ganha relevo acentuado se não for dissociada do que Saussure denomina “sentimento de um valor comum (dos casos), que dita um emprego idêntico” (desses casos, seja qual for seu tema) (Saussure, 1972, p. 160-61) e desde que se entenda por casos um conjunto de seis constantes que, por um processo de oposição e por um processo de mutabilidade de classe lexical intrafrásticos, conferem uma identidade a si e um sentido à frase.

Definidas as constantes pelo processo mencionado, isto é, sintagmaticamente, mostrar-se-ão na frase através de formas variantes que se expandem horizontalmente (ou intertematicamente), por meio das diversas configurações temáticas (daí, a importância da noção de “sentimento de valor comum dos casos”) e verticalmente (ou intratematicamente), através de um paradigma; depreende-se assim, mais uma vez, que qualquer mudança intraparadigmática acarretará uma diferença sintagmática. Em outras palavras, as primeiras variações horizontais, as intertemáticas, apresentam elementos distintivos tais que possibilitam a apreensão do sentimento do valor comum dos casos por meio dos morfemas, enquanto as segundas, as intratemáticas, se manifestam, não propriamente através de desinências, mas pela compatibilidade/incompatibilidade de morfemas com suas bases temáticas, constituindo conjuntos aparentemente diferenciados que, indevidamente, foram denominados declinações. Conclui-se, pois, da idéia das expansões horizontais e verticais, intertemáticas e intratemáticas, que em latim existe apenas um conjunto declinatório constituído pela invariância dos casos. Em suma, o sentimento de valor comum dos casos (variantes intertemáticas) liga-se a um conjunto de constantes, abstrato por sua própria essência, que se manifestam concretamente quando realizam sua função semiótica, através das variantes intratemáticas.

A prática pedagógica tradicional do latim não se preocupa com observar os processos de oposição e mutabilidade de classe lexical intrafrásticos, sintagmáticos, atentando unicamente para o paradigma enquanto forma física (que não é significante nem palavra) de um significado vazio, não integrado a um contexto. No artifício pedagógico dos paradigmas de declinações

não há a idéia de oposição e de mutabilidade intrafrástica, intrassintagmática, pelo fato de o paradigma ser considerado uma variante intratemática em que se desfaz a função semiótica das constantes casuais, pois o “reconhecimento” deixa de operar-se por meio de seu valor relativo, através do processo de oposição e de mutabilidade intrassintagmática; quanto a isso, é preciso também não se esquecer da lição de Martinet: “não poderá considerar-se existente numa língua qualquer unidade, gramatical ou lexical, que não se oponha a outras categorias do mesmo tipo por diferenças fônicas caracterfsticas” (Martinet, 1970, p. 35).

Com o procedimento tradicional de declinarem-se palavras, o aprendiz é levado, por meio da estratégia, dos paradigmas, a operar apenas com modificações, sem que elas impliquem necessariamente uma diferença correspondente de sentido. Observando-se, em manuais ou dicionários, os paradigmas nominais latinos, ou melhor, a distribuição “hierárquica” das constantes casos, verifica-se que a forma da constante nominativo é a primeira, a do genitivo, a segunda, etc.; por que essa hierarquização e não outra? O elemento agregador das variantes intratemáticas é, obviamente, o tema: a hierarquia ou a disposição ordenada de suas variações é um “ato puramente arbitrário” (Saussure, 1972, p. 147).

Se o latim foi extinto do curso médio e teve sua carga horária reduzida nos cursos de Letras, não se pode afirmar que “tenha sido derrubado por causa de sua pouca utilidade”, ou mesmo, em virtude de “sua total inutilidade”; o latim “caiu” também em virtude de uma sua prática pedagógica catequética. O ensino que não é lingüístico, que não supõe uma fundamentação científica, não só quando aos procedimentos utilizados para a investigação, mas principalmente quanto ao embasamento do conteúdo transmissível, o que lhe dará sustentação dialética e o estatuto de saber, procura artificios e estratégias para poder impor-se; envelhecendo, perde a razão de ser como “informação” a ser transmitida; desagasta-se e desaparece. Justifica-se o paradigma-declinação se, por suas variações, se associar às constantes que semiotiza. O processo semiótico dá-se substancialmente no sintagma, em virtude da relação necessária entre significante e significado e segundo o princípio de que qualquer modificação na expressão corresponde a uma conseqüente modificação de conteúdo, como já se viu mais acima; assim, “uma declinação não é nem uma lista de formas, nem uma série de abstrações lógicas, mas uma combinação dessas duas coisas: formas e funções são solidárias e é difícil, para não dizer impossível, separá-las” (Saussure, 1972, p. 157).

Com vistas à aquisição de produtividade lingüística, as variações intratemáticas deverão sempre relacionar-se intertematicamente, fato que lhes assegurará, de um lado, a condição de paradigma no que se refere às modificações fônicas, próprias de cada tema e, de outro, o sentimento de valor comum, regulador de seu uso no que tange à função semiótica.

Considerando as variações intratemáticas e intertemáticas não como processos de concretização semiótica de um conjunto de constantes da declinação latina, mas como constituintes de cinco processos de diferentes declinações, a prática pedagógica tradicional do latim induz a equívocos mesmo renomados lingüistas. Em uma remissão à face dupla de um monema - significante e significado -, Martinet adverte que pode ocorrer que “dois significados coexistentes no enunciado combinem de tal maneira seus significantes, que o produto de tal combinação não seja analisável em segmentos sucessivos” (Martinet, 1970, p. 104); como exemplo da impossibilidade de segmentação de monemas desse tipo, que denomina amalgamados, cita o mesmo autor a forma do genitivo *malorum*, “das maçãs (ou das macieiras, ou dos maus, ou dos males)” em que “-orum” serve de significante aos dois significados “genitivo” e “plural”, sem que possamos precisar o que corresponde a um e a outro” (*ibid.*). O equívoco de Martinet consiste em apresentar, segundo a prática pedagógica tradicional do latim, a forma -orum como “desinência” do genitivo plural; cotejando-se, contudo, a forma *malorum* com *rosarum* e com *rerum*, todas formas de genitivo plural, ver-se-á que o elemento comum a elas é -um, proveniente de um antigo *-som, este sim o monema amalgamado do genitivo plural. O que possibilita a esses itens lexicais apresentarem a mesma forma de morfema é terem em comum um tema vocálico, *malo-*, *rosa-* e *-re*, como o qual é compatível o morfema de genitivo plural *-rum”. Não se trata, pois, de três desinências (-orum, -arum e -erum), mas estratégia de uma prática

pedagógica que visa à retenção mecânica, que não contempla, naquilo que interessa à lingüística como pesquisa e como pedagogia, a variação intertemática de um morfema.

Para demonstrar que, no latim, "a palavra se confunde geralmente com a unidade acentual e os significantes dos monemas que compõem aquela se enredam por vezes de modo inextricável", ainda o mesmo Martinet, servindo-se de *dominus*, procura examinar os monemas de significado "senhor", "nominativo" e "singular". Quanto ao monema de "significado", após considerar *domin-* um radical do latim clássico, que significa "senhor" apenas em combinação com uma série de desinências", classifica *-us* como o monema do "nominativo" e do "singular", desde que associado ao radical *domin-*; conclui, então, que se vê "claramente que a análise dos significantes distintos só poderia complicar (...) a exposição, sem trazer vantagens consideráveis. Por isso é largamente preferível recorrer, no caso do latim, ao método tradicional de expor os fatos, considerando *dominus* uma palavra da segunda declinação" (Martinet, 1970, p. 117-18).

Considerar, segundo a prática pedagógica tradicional do latim, *dominus* um nome da segunda declinação falseia uma solução, por ser subterfúgio. Em primeiro lugar, porque *dominus* não significa "senhor", "nominativo" e "singular"; *dominus* significa "senhor", enquanto for sujeito de enunciado; aí será "nominativo" e "singular", enquanto "senhor" lhe for um seu correspondente em um enunciado português; em segundo lugar, no que se refere ao léxico em geral, é, sob a perspectiva do ensino lingüístico, contraproducente operar com radicais: ao mesmo tempo que *domin-* é radical de uma das realizações sintagmáticas de "senhor" (*dominus...*), é também uma das de "senhora" (*domina...*). Como já se viu anteriormente, não existe, em latim, uma forma monemática plena que tenha o significado genérico, como, por exemplo, de "senhor"; esse significado descontextualizado, isto é, isolado de qualquer situação frástica, poderia ser fornecido pelo tema *domino-*, inexistente em "estado puro", mas que se manifesta em toda a variação intratemática; por isso, apenas segundo a prática tradicional de expor os fatos gramaticais é que *-us* é desinência do nominativo singular; na verdade, o monema do "nominativo" e do "singular" é apenas *-s*.

Para um tratamento lingüístico do latim, não se pode conceber a idéia da existência de declinações, mesmo que, para explicar a existência de um conjunto de constantes demoninadas casos e suas formas de realização, seja necessário recorrer a noções rudimentares da diacronia (fonetismo).

É preciso convencer-se de que, quando se trabalha com o latim, se está trabalhando com uma fala, com uma língua vivente; ou, para fugir a um termo que remete a uma categoria dos reinos animal e vegetal, está-se diante de uma língua-em-função. Não aceitar o princípio da existência da língua-em-função significa recusar um Dicionário de Usos, sob o argumento de que nele não se registra o uso, mas o usado.

Resumé:

Ayant em vue que le latin est une langue vivante (du passé) e après la mise au point de quelques réflexions linguistiques qui sont à la base du travail, on tâche de présenter quelques unes solutions linguistiques pour l'enseignement de la langue de Rome. On cherche à éviter des équivoques de la vielle pédagogie humaniste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, J. G. H. *Teoria da Linguagem*. Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas. Coimbra: Atlântida, 1973.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MARTINET, A. *La Lingüística Sincronica*. Estudios e Investiciones. Madrid, Gredos, 1968.
- MARTINET, A. *Elementos de Lingüística Geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1970.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- ULLMANN, S. *Semântica. Uma introdução à Ciência do Significado*. Lisboa, Gulbenkian, 1973.